

JACQUES LE GOFF E A HISTÓRIA POLÍTICA DA IDADE MÉDIA

Prof. Dr. Douglas Mota Xavier de Lima¹
Universidade Federal do Oeste do Pará
douglas.mxl@ufopa.edu.br

Recebido em: 04/06/2016

Aprovado em: 10/11/2016

Resumo

Tendo como ponto de partida a renovação da história política, em especial, entre os medievalistas, o artigo visa discutir as contribuições de Jacques Le Goff (1924-2014) nesse campo. O texto está estruturado em dois grandes itens: primeiramente, a construção de um panorama dos estudos sobre a história política da Idade Média; em seguida, considerações sobre a história política de Jacques Le Goff. Demonstra-se que em diferentes trabalhos o autor constitui um olhar etnográfico para a compreensão da sociedade medieval, sendo esse olhar fundamental para a sua caracterização do político.

Palavras-chave: Jacques Le Goff; Idade Média; História Política.

Résumé

Prenant comme point de départ la renouvellement de l'histoire politique, en particulier, parmi les médiévistes, le article examine les contributions de Jacques Le Goff (1924-2014) dans ce domaine. Le texte est divisé en deux éléments principaux: d'abord, la construction d'un panorama d'études sur l'histoire politique du Moyen Age; puis, considérations sur l'histoire politique de Jacques Le Goff. On démontre que dans différentes œuvres de l'auteur pose un regard ethnographique à la compréhension de la société médiévale, et ce regard est fondamental pour sa caractérisation de la politique.

Mots-clés: Jacques Le Goff; Moyen Âge; Histoire Politique.

Nesses quase dois anos da morte de um dos maiores medievalistas do século XX, a oportuna edição dos dossiês da *Revista Brathair* em homenagem a Jacques Le Goff vem reforçar a importância do autor na promoção dos estudos medievais e o seu papel na reorientação historiográfica ocorrida a partir de meados do século passado. Encontro aqui também uma ocasião para oferecer minha homenagem a um autor que foi fundamental para a escolha do medievo como temporalidade de pesquisa. Aproveitando tal ensejo, gostaria de deixar algumas reflexões, concentrando meus apontamentos na contribuição de Le Goff para a história política da Idade Média. O texto está estruturado em dois grandes itens: primeiramente, a construção de um panorama dos estudos sobre a história política da Idade Média; em seguida, considerações sobre a história política de Jacques Le Goff.

1. A história política da Idade Média: caminhos

A conjuntura historiográfica do novo milênio, com proliferações de trabalhos sobre a opinião pública, as elites sociais, as organizações populares, as redes de solidariedade, entre outros temas, acompanhada da retomada do gênero biográfico, da narrativa e do acontecimento, difere do contexto de inícios do século passado. No alvorecer do século XX, a história política, caracterizada pela centralidade da temática do Estado-nação (FALCON, 1997: 65), ocupava espaço destacado na produção historiográfica. No entanto, movidos pelas transformações, em grande parte, advindas das guerras mundiais, diferentes historiadores e especialistas de áreas afins iniciaram um movimento de críticas, as quais demarcaram o processo de recuo da história política dita tradicional. A superação desta produção ocorreu efetivamente nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, colocando sobre a história política os estigmas de elitista, anedótica, factual e outros infundáveis defeitos².

Seguindo a periodização proposta por Francisco Falcon, entre 1945 e 1970, localiza-se o momento de “crise final da história política tradicional” e, no período seguinte, a progressiva constituição da “nova história política” (FALCON, 1997: 69). Mesmo sendo possível relativizar a dita crise, principalmente pelo insucesso de muitas das críticas fora do ambiente acadêmico francês, fato é que os pressupostos e os métodos que pautavam os estudos do político até as primeiras décadas do século XX passaram por

profundas renovações. Esta modificação de perspectivas afirmou-se através de uma revisão dos objetos de pesquisa da área, que direcionaram a atenção do pesquisador para a variedade de tempos históricos e para uma noção ampla de poder, ultrapassando os limites jurídicos das instituições. De acordo com René Rémond, o mesmo movimento que levou ao declínio da história do político o trouxe de volta, ou seja, o desenvolvimento da história cultural, da história das relações internacionais, e a renovação da história religiosa, são exemplos de fatores que permitiram a renovação da história política assim como de seus objetos e abordagens (RÉMOND, 1996: 14).

É possível identificar o mesmo processo apresentado até então no que se relaciona aos estudos medievais. Nas primeiras décadas do século XX, o aparecimento de novas abordagens sobre a Idade Média, enfatizando investigações econômico-sociais e trabalhos regionais, foi paralelo a estudos acerca do fenômeno político no medievo. Estes, por um lado, mantiveram como principal via interpretativa a preocupação com as instituições e permaneceram centrados nas noções de Estado e Nação, por outro, também promoveram novas abordagens sobre a realeza, as monarquias e as relações de poder do sistema feudal (LE GOFF, 2010: 231-239), as quais contribuiriam, nas décadas seguintes, para o alargamento do “político” através de uma noção ampla de “poder”. Tal face da história política da Idade Média pode ser exemplificada pelas obras *Os Reis Taumaturgos* (1924) e *A sociedade feudal* (1939) de Marc Bloch, e *Kaiser Friedrich der Zweite* (1927) e *Os dois corpos do Rei* (1957), de Ernst Kantorowicz³.

Como lembra Jacques Le Goff, *Os Reis Taumaturgos* teve uma acolhida restrita ao âmbito dos especialistas nos anos 20, e Bloch não retornou à temática em textos posteriores. Contudo, para Le Goff, ao longo das décadas seguintes, o livro promoveu uma abertura de possibilidades de pesquisa para as futuras gerações de historiadores, mormente pela abordagem da longa duração, das mentalidades, da antropologia política, da sacralidade régia, entre outros elementos até então distantes dos estudos políticos. Nesse sentido, conclui que “A mensagem de Marc Bloch para o amanhã é o apelo ao retorno da história política, mas uma história política renovada, uma *antropologia política histórica* de que *Os Reis Taumaturgos* serão o primeiro e sempre jovem modelo” (LE GOFF, 2005: 31-32, 34-37).

Esta afirmação é emblemática para o entendimento da inserção de Jacques Le Goff nas discussões sobre a renovação da história política e mesmo para a compreensão da

produção do autor nessa temática. Como será retomado mais à frente, os anos 70, momento em que Le Goff inicia a defesa de uma história política renovada nos estudos medievais, é também o período em que o autor irá estruturar o campo da antropologia histórica, perspectiva que estaria expressa desde os fundadores dos *Annales*.

Sem negar a importância da obra e de Bloch e Kantorowicz para o desenvolvimento e as reorientações do estudo do político no medievo, convém ter cautela em creditar a tais autores as raízes exclusivas da renovação da temática na Idade Média. Da mesma maneira, é prudente compreender que o clássico artigo de Le Goff, “A política será ainda a ossatura da História?” (1971), constitui apenas uma face da renovação da história política medieval. Armando Luís de Carvalho Homem faz uma importante consideração sobre o tema:

Quem renovou o *político* na historiografia francesa? A “*nouvelle histoire*”? Seria um absurdo afirmar tal coisa. (...) Não é que uma certa dimensão política, ligada aos poderes, seus carismas, símbolos e rituais, não esteja presente em autores e obras vários da fase inicial dos *Annales*. (...) Entre a “Nova História Política” da Idade Média francesa e a “Nouvelle Histoire” *tout court* há distâncias, distâncias entre historiadores, distâncias entre Escolas e até distâncias entre editoras (HESPANHA & HOMEM, 1999: 64-65).

A afirmação do historiador português sugere que, em Portugal, o arranque da nova história política ocorreu ao lado da tradição e não da renovação. De acordo com Carvalho Homem, foi a partir da História do Direito, da Diplomática e da Paleografia, por exemplo, que se estruturaram os novos estudos da história política entre os medievalistas lusitanos, o que permitiu o repensar do “político” através dos documentos da chancelaria régia e de atas de Cortes, promovendo temáticas como a burocracia régia e as assembleias representativas (HESPANHA & HOMEM, 1999: 65-66)⁴.

Os apontamentos de Carvalho Homem trazem para o caso português o que Jean-Phillipe Genet afirmou sobre a historiografia francesa:

Graças a ele [Guenée] – e não aos historiadores da « escola dos annales » que ainda estavam a denunciar as taras de uma história política a qual eles mais tarde irão ter a audácia de se vangloriar da renovação! –, a história política na França saiu da rotina onde estava

mergulhada as abordagens da história das instituições francesas tradicional. (GENET, 1997 : 10)⁵.

Novamente aparece a perspectiva de que a renovação da história política da Idade Média estaria associada mais à História das Instituições do que às temáticas da *nouvelle histoire*. Nesse sentido, cabe observar, brevemente, aspectos da obra de Bernard Guenée, autor citado no trecho anterior.

Após defender o *doctorat d'État* em 1963⁶, Guenée dedicou-se à promoção de uma nova história política. Tal atividade orientou uma série de artigos publicados nos anos 60 e 80, como “l’histoire de l’État en France à la fin du Moyen Âge vue par les historiens français depuis cent ans” (1964), “État et nations en France au Moyen Âge” (1967) e “Les entrées royales françaises de 1328 à 1515” (1968)⁷, os quais culminaram na síntese “Les tendances actuelles de l’histoire politique du Moyen Âge” (1977) e na obra *Politique et Histoire au Moyen Âge. Recueil d’articles sur l’histoire politique et l’historiographie médiévale (1956-1981)* (1981). Ainda nesses anos, Guenée publicou *O Ocidente nos séculos XIV e XV – Os Estados* (1971) e *Entre l’Église et l’État. Quatre viés de prélats français à la fin du Moyen Âge (XIIIe-XVe siècle)* (1987). Merece ainda destaque as obras *Une meurtre, une société. L’assassinat du duc d’Orléans, 23 de novembre 1407* (1992) e *L’Opinion publique à la fin du Moyen Âge, d’après la Chronique de Charles VI du religieux de Saint-Denis* (2002), nas quais Guenée demonstrou a variedade de temáticas e abordagens acerca da história política medieval. Em suma, considera-se que o autor serve como exemplo das diferentes referências presentes na nova história política francesa, visto que, ao passo que explorou temas tradicionais, como o Estado, as Instituições, e os acontecimentos, também buscou integrar as contribuições dos *Annales*, investigando as mentalidades políticas e as cerimônias monárquicas⁸.

Desta maneira, retomando a problematização anterior, entende-se que afirmar contrariamente ao crédito exclusivo à *nouvelle histoire* da renovação da história política da Idade Média não significa desconsiderar a importância das pesquisas levadas a cabo neste movimento. Assim, é possível identificar duas grandes linhas historiográficas acerca do político no medievo: uma, que enfatiza uma história social do político, tendo nas instituições, nas elites do poder e nas sociedades políticas temas centrais de estudo, e procurando um diálogo mais próximo com a Sociologia e a Ciência Política; outra, na qual a influência *annaliste* é mais forte, o político surge a partir da história cultural, temas

como cerimônias, gestos, discursos, símbolos, entre outros, são tratados como objeto principal, e o diálogo com a Antropologia é privilegiado. Acredita-se que tais linhas constituem orientações e não fronteiras intransponíveis, todavia, ao pensar a produção de Jacques Le Goff, será possível compreender que o autor expressa, de forma especial, a segunda via apresentada.

2. Faces da história política na obra de Jacques Le Goff

Durante os anos em que lecionou como assistente em Lille (1954-1959), Jacques Le Goff publicou suas primeiras obras, pequenos estudos que permanecem com grande projeção historiográfica, *Mercadores e Banqueiros da Idade Média* (1956) e *Os Intelectuais na Idade Média* (1957). Tais trabalhos apontam para um tema que marcaria a produção de Le Goff, a cidade medieval, explorando ainda questões relacionadas ao plano econômico e cultural do medievo. Contudo, foi nos anos 60, com a publicação de *A Civilização do Ocidente Medieval* (1964), que se configura uma particularidade da abordagem legoffiana da História, em especial da História Medieval, isto é, o olhar etnográfico.

Le Goff expressa que a Antropologia e a Etnologia poderiam ser mais esclarecedoras que a Sociologia no estudo da civilização do Ocidente medieval, e a partir desse pressuposto, busca compreender o Ocidente medieval pelas múltiplas temporalidades, pela oralidade, pelo gesto, pela fusão da cultura pagã com a cultura cristã e clerical, entre outros eixos que permitiram que o autor formulasse os primeiros passos da noção de longa Idade Média. Nas páginas introdutórias do livro, Le Goff chama atenção para um medievo sem textos nem inscrições, capaz de criar “novas fontes [que] permitem mergulhar até as raízes”, uma profundidade procurada pelos primeiros *Annales* e que o autor também estabelecia como orientação da obra (LE GOFF, 1983: 18-19). A importância do olhar etnográfico no texto de 1964 se reafirma na introdução da edição de 2008, na qual Le Goff destaca que:

Quinze anos depois, durante os quais se afirmaram, sobretudo na escola histórica francesa, as orientações que conduziram à noção de Antropologia Histórica, de uma história que não reconhece fronteiras precisas com a sociologia e a etnologia, eu não creio ter de modificar

substancialmente a arquitetura do coração desta obra... (LE GOFF, 2008: 4)⁹.

Já na posição de diretor dos *Annales* e presidente da *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, os anos 70 marcam a solidez, a amplitude e a afirmação de Le Goff no cenário historiográfico. Em primeiro lugar, destaca-se que em 1971 o autor publicou o artigo “A política será ainda a ossatura da história?”, no qual defende o movimento de renovação da história política. Le Goff inicia o texto sinalizando o estranhamento de um historiador da “escola dos *Annales*” abordar a história política, e após contextualizar as diferentes críticas recebidas pela temática, afirma que:

Mas a história política haveria gradualmente de voltar em força, assumindo os métodos, o espírito e a abordagem teórica própria daquelas ciências sociais que a tinham empurrado para segundo plano. (...) O primeiro e principal contributo da sociologia e da antropologia para a história política foi o terem imposto como seu conceito e objetivo central a noção de “poder” e os fatos relativos ao poder. (...) Perdido o seu fascínio de história de superfície, a história política, transformando-se na história do poder, torna-se história de profundidade (LE GOFF, 2010: 200-201).

A sequência do artigo traz os apontamentos de Le Goff sobre obras que considera expressar os novos caminhos do político na Idade Média. Cita, por exemplo, os trabalhos de Percy Ernst Schramm sobre os sinais e símbolos do poder, o artigo de Georges Duby sobre o simbolismo da coroa, e a obra de Ernst Kantorowicz sobre a teologia política medieval, além de argumentar que “foi através dos métodos da história comparativa, cedidos pela antropologia e pela história das religiões, que a realeza medieval pode adquirir este novo significado e a história política medieval se transformou” (LE GOFF, 2010: 204). Nota-se nesse momento do texto que a Antropologia passa a ganhar centralidade, quase exclusiva, como área de diálogo para a constituição da nova história política da Idade Média. Esta perspectiva fica ainda mais clara nas páginas seguintes do artigo:

Pode notar-se neste ponto que a história política e as ciências que influenciaram a sua recente evolução oscilaram ao escolher como pedra miliar este ou aquele elemento. Assim, como vimos, a história política medieval foi transformada e enriquecida por ter adotado métodos,

tirados da antropologia: uma nova luz foi lançada sobre a realeza medieval pelos estudos sobre a realeza arcaica ou primitiva. A história política medieval pareceu assim abandonar os rumores de superfície da história episódica em favor dos estratos diacrônicos profundos das sociedades proto ou para-históricas (LE GOFF, 2010: 205).

Em linhas gerais, o artigo é concluído sem acrescentar novos elementos, permanecendo a defesa de Le Goff das contribuições advindas da Antropologia, da História das Religiões, e das múltiplas temporalidades estudadas por Fernand Braudel. Em síntese, a leitura de “A política será ainda a ossatura da história?” permite observar com clareza a perspectiva legoffiana de história política e, tendo em vista os apontamentos do item anterior, considera-se que o texto expressa uma das vertentes da renovação da temática.

Para além do artigo citado, Le Goff organizou nos anos 70 duas obras sobre historiografia. Primeiramente, junto de Pierre Nora, *Faire de l’histoire* (1974), conhecida no Brasil como *História: Novos Problemas, Novas Abordagens, Novos Objetos*. A segunda obra, organizada com Roger Chartier e Jacques Revel, *A história nova* (1978), constitui uma espécie de manifesto da chamada terceira geração dos *Annales*. É interessante que, no prefácio da edição de 1988, Le Goff apresenta um balanço das mudanças historiográficas ocorridas na década, e sua afirmação sobre a história política indica a continuidade dos argumentos do artigo de 1971:

A volta mais importante é a da história política. Aqui também, embora a escola dos *Annales* tenha tido razão em combater uma história política superficial e factual de visão curta, uma história da política no sentido politiquero do termo, é preciso construir uma história *do* político que seja uma história *do* poder sob todos os seus aspectos, nem todos políticos, uma história que inclua notadamente o simbólico e o imaginário. Marc Bloch de *Rois thaumaturges* (1924) e Ernst Kantorowicz de *King’s two bodies* (1957) foram os pioneiros dessa história política renovada para a qual propus a denominação de *antropologia política histórica*, que permite vinculá-la aos regimes e estruturas políticas similares estudadas pelos sociólogos e etnólogos (LE GOFF, 1988: 8).

Retornando aos anos 70, observa-se que a década também foi marcada pelo lançamento de *Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente Medieval* (1977). Neste, Le Goff propõe que:

Uma outra Idade Média é – no esforço do historiador – uma Idade Média total, elaborada tanto a partir das fontes literárias, arqueológicas, artísticas, jurídicas, como a partir dos únicos documentos outrora concedidos aos medievalistas “puros”. É, repito, uma longa Idade Média, em que todos os aspectos se estruturam num sistema que, no essencial, funciona desde o Baixo Império romano até a Revolução Industrial dos séculos XVIII e XIX. É uma Idade Média profunda que o recurso aos métodos etnológicos permite abarcar nos seus hábitos quotidianos, nas suas crenças, nos seus comportamentos, nas suas mentalidades. (LE GOFF, 1980: 12).

Ainda no prefácio, Le Goff afirma que procura com a obra “contribuir para a reconstituição de uma antropologia histórica do Ocidente pré-industrial” e “Contribuir com alguns elementos sólidos para um estudo do imaginário medieval” (LE GOFF, 1980: 16). Nessa via, recolhendo artigos publicados nas décadas anteriores, o novo conceito de Idade Média se estrutura em torno das diferentes temporalidades da sociedade medieval, pela percepção do papel dos tabus e das categorias cristãs na hierarquização das profissões, pelo estudo dos sonhos e na importância dos rituais e das tradições folclóricas. Relacionados ao político, a obra traz os artigos “Nota sobre a sociedade tripartida: ideologia monárquica e renovação econômica na Cristandade do século IX ao século XII” (1968), no qual Le Goff, aplicando à Idade Média o esquema formulado por George Dumézil, procura analisar as bases ideológicas do poder real na longa duração, e “O ritual simbólico de vassalagem” (1976)¹⁰, no qual o autor explora a importância dos ritos para a compreensão das instituições sociais.

Além disso, os anos 70 foram marcados pelo sucesso de um novo gênero entre os historiadores, a antropologia histórica. Oriundo das influências do estruturalismo, o campo de investigação agregou o prestígio das investigações antropológicas de Lévi-Strauss, Georges Balandier e Maurice Godelier, e abriu novos horizontes para a pesquisa histórica, tais como: o estudo das sensibilidades, da cultura material, dos comportamentos sexuais, das estruturas de parentesco, da alimentação, das doenças, da morte, etc. (BURGUIÈRE, 1988; DELACROIX et al, 2012). Nesse cenário, Jacques Le Goff foi um dos principais promotores do novo campo, tanto nas pesquisas realizadas na *École*, que deixaram de se estruturar como “História e sociologia do Ocidente medieval” e passaram a ser “Antropologia histórica do mundo medieval”, como na reorientação temática da

revista dos *Annales*, que passou a explorar temas como: “*Histoire biologique et société*”, n.6, de 1969; “*Histoire et structure*”, n.3-4, de 1971; “*Famille et société*”, n.4-5, de 1972; “*Histoire et sexualité*”, n.4, de 1974; chegando a “*Pour une histoire anthropologique*”, n.6, de 1974.

A passagem dos anos 70 para a década de 80 traz uma continuidade da obra do autor, com a investigação de questões presentes nos textos da década anterior. Nota-se que foi nesse período que se formou o *Groupe d'Anthropologie Historique de l'Occident Médiéval* (1978) e, no bojo das investigações do grupo, Le Goff publica, por exemplo, *O Nascimento do Purgatório* (1981), obra na qual explora os aspectos envolvidos na emergência da crença no Purgatório, visando compreender os caminhos que levaram a essa mudança no espaço-tempo cristão. Dois anos depois, Le Goff publicou em italiano a coletânea *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*, reunindo artigos como “O maravilhoso no Ocidente medieval”, “O deserto-floresta no Ocidente medieval”, e o supracitado “A política será ainda a ossatura da História?”, os quais reforçam o dito olhar etnográfico legoffiano.

Foi ainda nos anos 80 que Le Goff se inclinou à noção de “Imaginário” (*O Imaginário medieval* – 1985), variando a discussão acerca das mentalidades, e se propôs a trabalhos mais abrangentes sobre a História Urbana e Religiosa da França, eixos que orientaram seus estudos relativos às características simbólicas da realeza medieval, às relações entre o movimento mendicante e a cidade medieval, ao apogeu da cidade, entre outros eixos de pesquisa. Destaca-se que em 1983, Jacques Le Goff foi responsável pelo prefácio da nova edição de *Os Reis Taumaturgos*, de Marc Bloch. O famoso prefácio expõe a contextualização da escrita da obra, as preocupações da abordagem de Bloch, os conceitos e métodos presentes no texto, e termina por discutir a recepção e as contribuições do livro. Nesse último aspecto, Le Goff enfatiza a ligação de Bloch com a antropologia histórica e a nova história política, argumentação que reforça os elementos que têm sido apresentados até o momento sobre o “político” em Jacques Le Goff. A fim de expressar com maior clareza a proposta do autor, cabe ler alguns trechos do prefácio:

De alguns anos para cá, Marc Bloch é, para um número crescente de pesquisadores em ciências humanas e sociais, antes de tudo o autor de um livro pioneiro, seu primeiro verdadeiro livro, *Les rois thaumaturges. Étude sur le caractere surnaturel attribué à la puissance royale*,

particulièrement en France et en Angleterre (1924), que faz desse grande historiador o fundador da antropologia histórica. (...) Em *Os Reis taumaturgos*, a grande inovação de Marc Bloch é ter-se tornado também antropólogo, e ele é o pai da antropologia histórica que se desenvolve hoje. (...) Em grande parte, está ainda por ser explorado e desenvolvido esse grande estoque de ideias que *Os Reis taumaturgos* encerram e continuam novas: estudo dos ritos, das imagens e dos gestos das sociedades históricas. (...) Entretanto, mais que a história das mentalidades (já bem elucidada e até um pouco descomposta), o caminho que Marc Bloch nos oferece explicitamente é o de uma nova história política (LE GOFF, 2005: 9, 34, 36).

Frente aos elementos expostos, considera-se que as décadas de 70 e 80 se inserem numa política acadêmica e institucional levada a cabo pelo movimento dos *Annales* desde a sua fundação, orientação que ganhou mais destaque no período de Fernand Braudel. Trata-se aqui da estratégia de fazer dos *Annales* a vanguarda da historiografia francesa, assimilando discussões externas e formando uma tradição que encontra nos “pais fundadores” do movimento, Marc Bloch e Lucien Febvre, as raízes da renovação historiográfica. Nesse sentido, tem centralidade a ideia de “antropologia histórica”, o mote da nova história política de Le Goff. Num período de expressivas reflexões acerca do “político”, discussões presentes em autores como Pierre Renouvin, Jean-Baptiste Duroselle, Jacques Julliard, Jean-François Sirinelli, René Rémond, e em medievalistas como Raymond Cazelles, Jean Favier, Bernard Guenée, Philippe Contamine e Françoise Autrand, Le Goff procura equacionar os novos caminhos da história política da Idade Média na noção de antropologia histórica, enfatizando o diálogo e os métodos da Antropologia, ao passo que dava pouco espaço para as contribuições da Sociologia e da Ciência Política, eixos que recebiam maior destaque nas discussões fora dos *Annales*.

A história política de Jacques Le Goff ganhou uma nova face nos anos 90: a biografia histórica. Gênero historiográfico deveras associado à história política e que ao longo das primeiras décadas do século XX também conheceu um significativo recuo, passando a ocupar lugar secundário nas preferências dos historiadores, a biografia histórica foi lentamente recuperada pela renovação da história política, e nesse processo Le Goff teve uma contribuição acentuada. Após quase uma década pesquisando e publicando sobre o santo rei francês, em 1996, o autor publicou *São Luís*. Trabalho minucioso, superou abordagens centradas nos elementos psicológicos dos biografados e propôs uma abordagem totalizante, investigando a economia, a cultura e o cenário político

da vida de São Luís. Mais do que isso, Le Goff contribuiu para a reflexão teórica e metodológica acerca do indivíduo na história, transformando o rei francês num objeto complexo de estudo do historiador.

São Luís está dividido em três partes. A primeira, “A vida de São Luís”, situa o personagem no tempo e no espaço, abordando a trajetória do personagem. A segunda, “A produção da memória real: São Luís existiu?”, concentra-se na discussão da memória construída em torno do rei, expressando o trabalho detalhado de Le Goff no trato com diferentes documentações. A última parte, intitulada “São Luís, rei ideal e único”, discute as imagens, músicas, construções, textos relacionados ao rei, além de interpretar o biografado através dos gestos, da família e da prática religiosa (LE GOFF, 2004).

Le Goff ainda retomou o gênero biográfico ao escrever *São Francisco de Assis* (1999), reforçando o movimento de trazer para os *Annales* o indivíduo, objeto um tanto marginalizado pelo interesse acentuado nas coletividades, manifesto desde a fundação do movimento. Contudo, cabe ressaltar que, assim como Lucien Febvre fez em *Martinho Lutero – Um destino* e Georges Duby demonstrou em *Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo* e *Domingo de Bouvines*, Le Goff não encarou São Luís e São Francisco não por suas singularidades, mas como expressões da sociedade global, instrumentos para a compreensão da época.

Paralelamente, cita-se que, em 1993, na obra *Kings and Kingship in Medieval Europe*, editada por Anne Dugan, Le Goff publicou o estudo “Le roi dans l’Occident medieval”, texto que foi publicado em francês na coletânea *Héros du Moyen Âge, le Saint et le Roi* (2004). No estudo o autor apresenta como proposição central que “o rei medieval é um personagem novo e específico da história, entre o século VI e o XVI século” e reafirma a perspectiva de que a renovação da história política toma um espaço cada vez maior junto à história do simbólico e do imaginário (LE GOFF, 2014: 1075). Entre os elementos abordados pelo autor, destaca-se o item “*anthropologie du roi medieval et imaginaire royal*”, no qual discutem-se questões sobre o rei e o tempo, o rei e o espaço, os tipos reais, o imaginário real e a memória real. Através da história comparada e do estudo dos ritos, observa-se que nos anos 90, seja no capítulo citado seja em outros trabalhos¹¹, Le Goff ainda permanecia explorando a linha de investigação histórica que estruturou as suas obras a partir dos anos 60, isto é, a interpretação etnológica da sociedade medieval (Cf.: GEREMEK, 1998).

A proposta deste artigo foi refletir sobre a contribuição de Le Goff para a história política da Idade Média. Nesse sentido, primeiramente, foi elaborado um panorama do processo de renovação da história política, destacando a produção relativa ao medievo. Identificando diferentes abordagens sobre o político no período medieval, apontou-se que Jacques Le Goff expressa uma vertente das pesquisas dedicada à compreensão do político, particularizada por privilegiar o diálogo com a Antropologia e concentrar-se em problemas da história cultural.

Partindo dessa caracterização da inserção de Le Goff no âmbito das investigações da história política, ao longo do segundo item demonstrou-se que o autor, desde os anos 60, estabeleceu o que chamamos de “olhar etnográfico” como instrumento de análise da sociedade medieval. Desta maneira, ao observar diferentes estudos de Le Goff, percebe-se que há uma continuidade clara em sua abordagem, seja ao tratar das mentalidades, do imaginário, da cidade, do corpo, ou da política na Idade Média.

Ao discutir essa centralidade da Antropologia na obra de Le Goff e, conseqüentemente, em sua compreensão do político, constatou-se que nos anos 70 e 80, ao passo que se afirmava à frente da *École* e dos *Annales*, o autor empenhou-se na constituição e consolidação da Antropologia Histórica, campo legitimado pelo avanço dos estudos antropológicos e por estar presente, como sugere Le Goff, já nas obras de Bloch e Febvre. Foi a partir dos pressupostos desse novo campo que surgiu, através do artigo “A política será ainda a ossatura da História?” (1971), a história política legoffiana, trazendo um olhar dedicado aos gestos, aos símbolos, à longa duração, isto é, à profundidade procurada pelos fundadores dos *Annales*.

Mostrou-se também como a obra *São Luís* (1996) retoma a importância do gênero biográfico, retirando-lhe as acusações de superficial e anedótico por meio da escrita de uma biografia total. À moda nos *Annales*, e sem afastar-se do olhar etnográfico, Le Goff explorou diferentes faces do biografado, analisou um amplo e diverso corpus documental, demonstrando nessa obra prima ser efetivamente o ogro da lenda.

À guisa de conclusão, Jacques Le Goff viveu uma “vida para a História” e essa vida foi deveras devotada aos estudos medievais. Entre as inúmeras temáticas exploradas

pelo autor, a história política constitui um campo que, em geral, ou é pouco destacado de sua obra, ou sobrevalorizado. Acredita-se que a leitura legoffiana do político na Idade Média expressa um caminho, entre vários, de investigação da temática, sendo uma via marcada pela etnografia, pelos gestos, pelos rituais, pelos símbolos e pela longa duração.

Referências bibliográficas

- BURGUIÈRE, André. A antropologia histórica. In: LE GOFF, Jacques, CHARTIER, Roger & REVEL, Jacques (dir.). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1988, p.125-152.
- DELACROIX, Christian et al. *Correntes históricas na França, séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
- FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- FREITAS, Judite A. Gonçalves de. Les chemins de l'histoire du pouvoir dans le médiévisme portugais (c.1970-c.2000). In: *Bulletin du Centre d'Études médiévales d'Auxerre*. [En ligne], 8, 2004. Disponível em: <http://cem.revues.org/index927.html>
- GENET, Jean-Philippe. La Genèse de l'État Moderne. Les enjeux d'un programme de recherche. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*. Année 1997, Volume 118, Numéro 1.
- GEREMEK, Bronislaw. La dette des médiévistes. In: REVEL, Jacques et SCHMITT, Jean-Claude (org.). *L'Ogre Historien. Autour de Jacques Le Goff*. Paris: Gallimard, 1998, p.107-115.
- HESPANHA, António Manuel & HOMEM, Armando Luís de Carvalho. O Estado Moderno na recente Historiografia Portuguesa: Historiadores do Direito e Historiadores "tout court". In: COELHO, Maria Helena da Cruz e HOMEM, Armando Luis de Carvalho (Coord.). *A Gênese do Estado Moderno no Portugal do Tardo-Medievo* (século XIII-XV). Lisboa: UAL, 1999.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho. Bernard Guenée (1927-2010). In: *Medievalista* [em linha], n.11, jan. 2012, disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA11\homem1102.html>.
- JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (dir.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- LE GOFF, Jacques. *A Civilização do Ocidente Medieval*. Lisboa: Estampa, 1983, vol.1.
- _____. *La civilisation de l'Occident medieval*. Paris: Éditions Flammarion, 2008.
- _____. A política será ainda a ossatura da História? In: *O Maravilhoso e o quotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 2010.
- _____. Prefácio. In: BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos. O caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.
- _____. Prefácio. In: *Para um novo conceito de Idade Média. Tempo, trabalho e cultura no Ocidente*. Lisboa: Estampa, 1980.
- _____. Prefácio à nova edição. In: LE GOFF, Jacques, CHARTIER, Roger & REVEL, Jacques (dir.). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

- _____. Le roi dans l'Occident médiéval. In: *Héros du Moyen Âge, le Saint et le Roi*. Paris: Gallimard, 2004, p.1073-1119.
- _____. Saint Louis. In: *Héros du Moyen Âge, le Saint et le Roi*. Paris: Gallimard, 2004, p.173-985.
- RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/ Ed. da FGV, 1996.

¹ Professor de História Antiga e Medieval da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), doutor e mestre em História pelo PPGH-UFF. Coordenador do núcleo Norte do *Vivarium – Laboratório de Estudos da Antiguidade e do Medievo*, e colaborador do *Scriptorium – Laboratório de Estudos medievais e Ibéricos*.

² Jacques Julliard assim sintetiza os julgamentos sobre a história política tradicional: “A história política é psicológica e ignora os condicionamentos; é elitista, talvez biográfica, e ignora a sociedade global e as massas que a compõem; é qualitativa e ignora as séries; o seu objetivo é o particular e, portanto, ignora a comparação; é narrativa, e ignora a análise; é idealista e ignora o material; é ideológica e não tem consciência de o sê-lo; é parcial e não o sabe; prende-se ao consciente e ignora o inconsciente; visa os pontos precisos, e ignora o longo prazo; em uma palavra, uma vez que essa palavra tudo resume na linguagem dos historiadores, é um história *factual*” (JULLIARD, 1976: 180-181).

³ No corpo do texto estaremos indicando os títulos originais apenas quando as obras não tiverem tradução para o português. A data indicada nas obras será a da primeira publicação e não da tradução.

⁴ Judite Freitas também abordou o tema da história política em Portugal e suas observações corroboram o indicado por Carvalho Homem (FREITAS, 2004).

⁵ Grace à lui [Guenée] – et non aux historiens de ‘l’école des *Annales*’ qui en étaient encore à dénoncer les tares d’une histoire politique dont ils auront pourtant plus tard l’audace de se targuer du renouveau! –, l’histoire politique en France est sortie de l’ornière où l’avaient plongée les approches de l’histoire des institutions française traditionnelle (tradução livre).

⁶ *Tribunaux et gens de justice dans le baillage de Senlis à la fin du Moyen Âge (vers 1380-vers 1520)*.

⁷ Com Françoise Lehoux.

⁸ Sobre as diferentes tendências da nova história política na França, ver DELACROIX, 2012: 346-350. Sobre a obra de Bernard Guenée, ver: HOMEM, 2012.

⁹ “Quinze ans après, pendant lesquels se sont affirmées, surtout dans l’école historique française, les orientations qui ont conduit à la notion d’anthropologie historique, d’une histoire qui ne se reconnaît pas de frontières précises avec la sociologie et l’ethnologie, je ne crois pas avoir à modifier substantiellement l’architecture du cœur de cet ouvrage...”

¹⁰ A primeira versão do texto foi intitulada “Les gestes symbolique dans la vie sociale. Les gestes de la vassalité”, publicada na obra *Simboli e simbologia nell’alto Medio Evo* (1976).

¹¹ A mesma abordagem está presente em trabalhos como: La genèse du miracle royal. In: *Marc Bloch aujourd’hui. Histoire comparée et sciences sociales*. Paris: Éd. EHESS, 1990, p.147-156; La sainteté de Saint Louis. Sa place dans la typologie et l’évolution chronologique des rois saints. In: *Les fonctions des saints dans le monde occidental (IIIe-XIIIe siècles)*. Rome: École Française de Rome, 1991, pp. 285-293; Aspects religieux et sacrés de la monarchie française du Xe au XIIIe siècle. In: BOUREAU, Alain et INGERFLOM, Claude (éd). *La Royauté sacrée dans le monde chrétien*. Paris: Éd. EHESS, 1992, pp.19-28.